

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

MICHELE DE SOUZA SILVA

**A LEITURA COMO DIREITO AO IMAGINÁRIO INFANTO-JUVENIL DE
DEFICIENTES VISUAIS**

São Paulo

2022

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES
CENTRO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS SOBRE CULTURA E
COMUNICAÇÃO

**A LEITURA COMO DIREITO AO IMAGINÁRIO INFANTO-JUVENIL DE
DEFICIENTES VISUAIS**

Michele de Souza Silva

Trabalho de conclusão de curso apresentado
como requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão de Projetos Culturais e
Organização de Eventos.

Orientadora: Profa. Dra. Neide Takahashi

São Paulo

2022

AGRADECIMENTOS

À Profa. Dra. Neide Takahashi, minha orientadora, por toda a dedicação que teve comigo desde as indicações de autores, busca por textos e a disponibilidade em me apoiar na estruturação e desenvolvimento deste trabalho em momentos para além de nossas reuniões de orientação. Agradeço por me ajudar a trazer para a academia, um tema tão importante para o meu contexto pessoal, e por ter buscado a cada reunião compreender o objeto do meu estudo.

Gostaria de agradecer aos meus pais, por todo o suporte que me deram em todas as etapas de minha vida, e que não seria diferente em um momento como esse. Agradeço principalmente, por se fazerem presentes e suprirem a minha ausência na vida da minha filha Maya, para que eu pudesse realizar o meu sonho de frequentar a Universidade de São Paulo, ainda que a distância em meio à uma pandemia mundial. Serei sempre grata por mais um momento em que foram a minha base.

Aproveito para agradecer a minha filha Maya, que esteve (literalmente) ao meu lado durante as aulas, e aos dois anos de idade aprendeu a palavra “professor (a)” e assim, denominava todos os rostos que ela via presente na sala virtual de minha turma. Ela ainda não sabe, mas por diversas vezes nesses últimos anos, ela também tem sido minha professora, pois com ela eu aprendi a ser mãe, a ser leve, descontraída e a ser criança de novo.

Por último, venho agradecer a musa inspiradora do objeto deste trabalho, minha irmã caçula, Sophia.

Sophia, assim como eu, é portadora de glaucoma congênito (em ambos os olhos) que lhe causou a perda total da visão aos 2 anos de idade. Com ela, aprendemos a enxergar a vida de outra forma e aprendemos algo novo a cada dia pois, a busca pela inclusão dos deficientes visuais para uma vida ativa em sociedade é constante. Sophia sempre foi uma criança curiosa, inteligente e tratada com igualdade por todos em nosso lar. Sempre que podíamos, adaptamos jogos, histórias faladas, narramos filmes e deixamos o espaço físico de nossa casa facilitado para que ela pudesse viver de forma autônoma e se sentir livre. Todas essas ações permitiram com que ela se tornasse a adolescente destemida e com sede de alcançar grandes voos que ela é hoje. Conseguimos contribuir com sua bagagem e construção de indivíduo e imaginário, mas todas as conquistas que ela tiver em sua vida serão exclusivamente mérito dela. Estaremos sempre ao seu lado, Sô!

A LEITURA COMO DIREITO AO IMAGINÁRIO INFANTO-JUVENIL DE DEFICIENTES VISUAIS¹

Michele de Souza Silva²

Resumo: Este artigo trata de um estudo sobre a importância da leitura no desenvolvimento psico-social e participação ativa na vida cultural como exercício da cidadania da pessoa portadora de deficiência visual. No Brasil, a deficiência visual afeta cerca de 3,5% da população entre 0 e 65 anos. O acesso a leitura de textos de ficção e não ficção para o deficiente visual abre um universo de possibilidades ao ampliar seu imaginário através das informações apresentadas, dando-lhes ferramentas necessárias para a construção da base e desenvolvimento do intelecto e fruição de bens simbólicos. Para a execução deste trabalho, foram utilizadas a revisão bibliográfica e entrevistas semiestruturadas com o objetivo de testar a hipótese de que, com o acesso à leitura, houve um melhor entendimento sobre o mundo que os cerca e a consequente inserção social.

Palavras-chave: Deficiência Visual. Cultura. Leitura. Imaginário. Adolescente.

Abstract: This article is about a study on the importance of reading in the psycho-social development and active participation in cultural life as an exercise of citizenship for the visually impaired. In Brazil, visual impairment affects about 3.5% of the population between the ages of 0 and 65. The access to the reading of fiction and non-fiction texts for the visually impaired opens a universe of possibilities by expanding their imaginary through the information presented, giving them the necessary tools to build the base and development of the intellect and the enjoyment of symbolic goods. To this work, a literature review and semi-structured interviews were used with the objective of validating the hypothesis that, with the access to reading, there was a better understanding about the world around them and the consequent social insertion.

Key words: Visual Impairment. Culture. Reading. Imaginary. Teenager.

Resumen: Este artículo trata de un estudio sobre la importancia de la lectura en el desarrollo psicosocial y la participación activa en la vida cultural como ejercicio de ciudadanía para la persona con discapacidad visual. En Brasil, la discapacidad visual afecta a cerca del 3,5% de la población de entre 0 y 65 años. El acceso a la lectura de textos de ficción y no ficción para los discapacitados visuales abre un universo de posibilidades ampliando su imaginario a través de la información presentada, dándoles las herramientas necesarias para la construcción de la base y el desarrollo del intelecto y la fructificación de los bienes simbólicos. Para la realización de este trabajo, se utilizó una revisión bibliográfica y entrevistas semiestruturadas con el fin de validar la hipótesis de que, con el acceso a la lectura, hubo una mejor comprensión sobre el mundo que los rodea y la consecuente inserción social.

Palabras clave: Discapacidad visual. La cultura. La lectura. Imaginario. Adolescente.

¹ Trabalho de conclusão de curso apresentado como condição para obtenção do título de Especialista em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos.

² Pós-graduando em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos - CELACC/ECA -USP. Graduada em Eventos - FATEC. E-mail: michele_ss@hotmail.com.br.

1. INTRODUÇÃO

Segundo dados do IBGE³ de 2010, no Brasil existem mais de 6,5 milhões de pessoas portadoras de alguma deficiência visual, o que significa que muitas destas pessoas estão privadas do ato de ler, seja como o exercício de um direito, ou mecanismo fundamental para alfabetização, seja por condições socioeconômicas, ou intelectuais mas principalmente pelas limitações físicas.

Horkheimer e Adorno (1985) apontam o distanciamento provocado pela comunicação a partir da escolha das diferentes formas de seu uso, como a forma de dialogar entre pessoas, a interlocução de uma rádio, ou a falta de diálogo e interesse de pessoas trabalhando no mesmo ambiente. Sendo assim, se as pessoas que têm o mesmo tipo de acesso a determinadas formas de comunicação se distanciam, como fica o caso das minorias que não possuem esse tipo de acesso? Com base em quê, elas se baseiam para a formação da sua própria noção de vida em sociedade? Quais são seus medos, desejos e anseios?

O objetivo deste trabalho é o de analisar os efeitos que o acesso ou o não acesso à leitura têm na vida e, principalmente, na construção do imaginário infanto-juvenil de pessoas portadoras de deficiência visual.

Sendo assim, este trabalho traz como problemática: Qual é a importância da leitura na formação do imaginário de adolescentes com deficiência visual?

Utilizamos neste trabalho a hipótese de que, quanto mais informado e inserido nos conceitos que englobam o viver em sociedade, trará às pessoas com deficiência visual a autonomia de que elas em algum ponto de sua vida possam almejar, uma vez que já é cientificamente comprovada a desvinculação da deficiência visual com outras deficiências como a mental, por exemplo, que em alguns casos pode sim dificultar ainda mais a vida da pessoa dentro daquilo que acreditamos ser “normal”.

Ainda que os equipamentos culturais, em sua maioria, atendam às necessidades estruturais de acesso como rampas, piso tátil, ou placas de sinalização em braille, ainda existem dificuldades na fruição de algumas atividades culturais como exposições, espetáculos de dança ou até mesmo peças teatrais e principalmente, na disponibilidade de compra e uso de livros de ficção e não ficção pela falta de livros em braille, e audiobooks para o público infanto-juvenil. É oportuno ressaltar a urgência em repensar as formas de mediação entre o

³ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística é o principal provedor de informações geográficas e estatísticas do Brasil.

público deficiente visual e as atividades culturais a fim de garantir um acesso inclusivo com o intuito de melhorar o desenvolvimento cognitivo, social e emocional deste sujeito.

A leitura pode converter-se em um instrumento fundamental para que novos objetivos sejam alcançados quanto à formação do imaginário e vivência desse novo leitor através da interpretação do mundo que os cerca.

Garantir a todos os indivíduos de forma igualitária, ações básicas de acesso à saúde, alimentação, educação e moradia nos soa como algo comum e de extrema relevância no que concerne aos direitos humanos, mas nos esquecemos de que todos têm o direito de acesso aos denominados bens materiais ou simbólicos como a leitura, ou escuta, de clássicos da literatura, de romances ou as mais diversas histórias referentes a origem do mundo e dos povos. Infelizmente, muitas pessoas ao nosso redor estão privadas desse direito seja por condições socioeconômicas ou, como no caso dos deficientes visuais, por limitações físicas.

O objetivo principal deste estudo é o de analisar os efeitos que o acesso ou o não acesso à leitura dos diversos textos categorizados entre os ficcionais e não ficcionais – expostos em artigos, revistas, jornais e demais textos impressos – têm na vida e, principalmente, na construção do imaginário infanto-juvenil de pessoas portadoras de deficiência visual, junto à subsequente participação na fruição cultural e exercício da cidadania. Ao decorrer do trabalho, serão apresentadas as seguintes questões: a importância da leitura como formação culta, de opinião e consequente participação ativa em uma vida cultural pelo deficiente visual; o acesso às obras literárias conforme prevista na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência, 2015); a importância do imaginário do deficiente visual como facilitador da leitura do mundo, além de questões como a importância da leitura como base da formação culta, da formação de opinião e, consequente, participação ativa de uma vida inclusiva.

Os procedimentos metodológicos utilizados para o desenvolvimento deste trabalho serão a pesquisa, análise e revisão bibliográfica através de livros, artigos, sites e revistas; pesquisa descritiva baseada nas características e peculiaridades relacionadas aos deficientes visuais; comparativo da lei de inclusão de portadores de deficiência visual e entrevistas semiestruturadas. As entrevistas semiestruturadas foram realizadas com 15 adolescentes de 10 a 14 anos, estudantes do Colégio Vicentino Padre Chico (SP).

2. A DEFICIÊNCIA VISUAL NO BRASIL E OS TRATADOS INTERNACIONAIS

Segundo o Censo⁴ (2010), no Brasil, a deficiência visual foi a que mais incidiu sobre a população nos últimos anos, chegando a um total de 35.774.392 pessoas afetadas residentes das áreas rurais e urbanas, com idade entre 0 a 65 anos, de ambos os sexos. Para chegar a esse resultado, os deficientes visuais foram classificados entre:

- a) Não consegue de modo algum (exercer atividades devido à deficiência);
- b) Grande dificuldade (em exercer atividades devido à deficiência);
- c) Alguma dificuldade (em exercer atividades devido à deficiência).

Essa classificação foi baseada nas categorias existentes segundo a Organização Mundial da Saúde referente à acuidade visual de cada portador que são denominados como portadores de cegueira total ou baixa visão, podendo ser provenientes de doenças congênitas como glaucoma, catarata, coriorretinite macular, albinismo, retinose pigmentar, retinoblastoma, ou adquiridas devido a traumatismos ou derivados de outras doenças como diabetes, sarampo, caxumba, meningite ou retinopatia da prematuridade.

O Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, considera a deficiência visual como:

[...] cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (BRASIL, 2004, p. 14).

O Tratado de Marraqueche é um acordo internacional firmado em conjunto pelo Brasil, Equador e Paraguai à Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) durante um encontro que ocorreu na cidade de Marraqueche, no Marrocos, em 27 de junho de 2013. O acordo tem como objetivo, facilitar o acesso e fruição de obras literárias e artísticas publicadas como livros, apostilas e demais textos por pessoas com deficiência visual ou com outras dificuldades para ter acesso ao texto impresso, fundamentado pelos princípios de não discriminação, da igualdade de oportunidades, da acessibilidade, da participação, e da inclusão plena e efetiva do deficiente visual na sociedade (DIZER O DIREITO, 2018). O Decreto nº 9.522/2018 que promulgou o Tratado de Marraqueche, entrou em vigor apenas na data de 8 de outubro de 2018, mesmo tendo sido aprovado pelo Congresso Nacional em 25 de novembro de 2015 nos termos do artigo 49, I, da Constituição.

O Tratado de Marraqueche é o segundo de esfera internacional que, voltado à tutela dos direitos humanos, acaba por ser aprovado e incluído na esfera jurídica brasileira por meio

⁴ Pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas através do "conjunto dos dados estatísticos dos habitantes de uma cidade, província, estado, nação". - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

de emenda constitucional conforme prevê o art. 5º, § 3º, da Constituição Federal de 1988: “ § 3º Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais” (BRASIL, 1988).

O primeiro acordo internacional firmado em prol dos deficientes visuais foi a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007, aprovado pelo Congresso Nacional por meio do Decreto legislativo nº 186/2008 e promulgado pelo Presidente da República por meio do Decreto nº 6.949/2009, que gerou a “Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. (BRASIL, 2015).

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, prevê alguns direitos mais amplos para os deficientes visuais que acaba sendo complementado pelo Tratado de Marraqueche, como mostram o art. 42, § 1º e o art. 68 que apresentaremos ao decorrer do trabalho.

Art. 42. A pessoa com deficiência tem direito à cultura, ao esporte, ao turismo e ao lazer em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, sendo-lhe garantido o acesso: I - a bens culturais em formato acessível; II - a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais e desportivas em formato acessível; e III - a monumentos e locais de importância cultural e a espaços que ofereçam serviços ou eventos culturais e esportivos. § 1º É vedada a recusa de oferta de obra intelectual em formato acessível à pessoa com deficiência, sob qualquer argumento, inclusive sob a alegação de proteção dos direitos de propriedade intelectual. [...]” (BRASIL, 2015).

3. MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO

A escola e o acesso à educação por si só já são grandes fatores determinantes da desigualdade, e essa diferença fica ainda mais exacerbada quando se trata do ensino inclusivo. O portador de deficiência visual, não tem o estímulo que os demais mesmo antes da idade escolar têm, e muitos só chegam a ter contato com a leitura apenas e somente durante o seu processo de alfabetização.

Embora a atual política educacional esteja preocupada com a inclusão de crianças portadoras de deficiência no sistema comum de ensino em classes regulares, temos comprovado a falta de alternativas pedagógicas que facilitem essa integração. No caso específico de portadores de cegueira, uma das maiores limitações é a precariedade de suporte pedagógico quanto ao acesso a informações escritas, textos literários, livros de literatura infantil, revistas e outros. A falta de materiais impressos é um dificultador da integração da criança no ensino regular e, até mesmo, de uma aprendizagem bem-sucedida e, principalmente, prazerosa. Temos observado

que essas crianças ficam restritas a materiais didáticos com pouco ou nenhum espaço para a imaginação, a criação e o aspecto lúdico da leitura. (GARCIA, 1998).

Após o período que compreende o ensino escolar, o portador de deficiência visual enfrenta dificuldades em obter acesso aos materiais impressos em braille de forma convencional como em livrarias ou bibliotecas. Resta, então, a participação ativa em movimentos sociais ligados às causas de defesa às necessidades que os foram limitadas junto às ONGs e Associações.

Os movimentos sociais na América Latina, ainda que trabalhem sobre a mesma temática, são estabelecidos a partir da diversidade na forma como se estruturam e principalmente, no objetivo a ser atingido. Somente na capital paulista, temos como referência para os portadores de deficiência visual, as Ongs e Associações que atuam nos mais diversos campos, a exemplo do Instituto de Cegos Padre Chico, responsável pela alfabetização de crianças e adolescentes através do Ensino Infantil e Ensino Fundamental; da Associação Brasileira de Assistência a Pessoas com Deficiência Visual – LARAMARA, responsável por dar apoio clínico (sessões de fisioterapia, coordenação motora e mobilidade, entre outros) e psicológico aos portadores e seus familiares com foco na inclusão social e desenvolvimento psicossocial, e a Fundação Dorina Nowill para Cegos que tem como objetivo dar dignidade aos deficientes visuais através do acesso a materiais impressos no sistema braille. Elas atuam no país respectivamente há mais de 90, 30 e 70 anos.

Sendo esta última, uma associação com uma longa história de luta pelos direitos ao acesso à leitura através do sistema braille,

[...] referência na produção e distribuição de materiais nos formatos acessíveis em braille, áudio, impressão em fonte ampliada e digital acessível, a instituição envia, gratuitamente, livros para milhares de escolas, bibliotecas e organizações de todo o Brasil, por meio da sua Rede de Leitura Inclusiva, presente nos 26 estados do país e no Distrito Federal. (REDE DE LEITURA INCLUSIVA/ INSTITUTO DATAFOLHA, 2019).

Muitas dessas ONGs fazem o trabalho de decifrar aos portadores e seus familiares aquilo que está descrito em leis e fornece as informações de como acessá-las. É de extrema importância cercar os portadores de deficiência visual com as informações que a falta de visão lhes rouba, garantindo a eles a conquista em ter seus direitos naturais, permitindo-os do convívio em sociedade sem medo de se sentir desprestigiado. É nítido o suporte que os movimentos sociais trazem para a vida do deficiente visual, porém vivenciar este círculo social como sendo o único, priva ao invés de dar a liberdade e a autonomia à este sujeito.

Projetos e ações participativas, promovidas por movimentos sociais que lutam pela autonomia e inserção inclusiva dos portadores de deficiência visual, possuem como alguns de seus objetivos primários fortalecer a criação, produção, distribuição, disseminação, acesso e o usufruto das expressões artísticas, tais como atividades, bens e serviços culturais que passam a fazer parte de suas vidas.

Podemos analisar o impacto que o acesso à equidade social tem na vida do portador de deficiência visual a partir da ótica dos campos de poder simbólico determinados por Bourdieu (1994), em que o acesso à educação inclusiva o insere a caminho do Campo Acadêmico; o acesso ao usufruto de leitura e da literatura inclusiva o insere no Campo Social e Político que, por fim, aumentará suas possibilidades de ascender ao Campo Econômico através de um trabalho inclusivo. Dessa forma, podemos entender que um hábito que pode parecer banal ou comum para muitos, é motivo de transformação ou limitação na vida de outros. Outros que muitas vezes são denominados de minorias. “Esta palavra [minorias] tem como ponto de partida um sentido de inferioridade quantitativa, é o contrário de maioria.” (SODRÉ, 2005, p8.). Esse sentimento de inferioridade é o que motiva as pessoas que estão à margem da exclusão a se associarem ou buscarem representatividade através dos movimentos sociais. Ser atuante de um movimento social, onde sua voz é somada a milhares de outras vozes, terá o poder de transformação na vida de tantas pessoas, serve como propulsão da dignidade diante do exercício social.

Sendo os campos acima descritos formas de capitais simbólicos (econômico, social e acadêmico), estar inserido neles trará ao deficiente visual o sentimento de pertencimento para além de sua própria classe de movimento social, e o benefício do aprimoramento e desenvolvimento psicossocial.

4. A LEITURA NA FORMAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL

O acesso à leitura para o deficiente visual abre um universo de possibilidades antes desconhecidas, ampliando seu imaginário através das informações apresentadas pelas palavras, criando uma consciência ampla e dando-lhes ferramentas necessárias para a construção da base e desenvolvimento de seu intelecto. Associada ao tato, ação imprescindível no cotidiano do deficiente visual, esse conhecimento compõe o conceito de percepção e análise de interpretação das ações que ocorrem em seu entorno.

[...], a luta pelos direitos humanos abrange a luta por um estado de coisas em que todos possam ter acesso aos diferentes níveis da cultura.[...]Uma sociedade justa

pressupõe o respeito dos direitos humanos, e a fruição da arte e da literatura em todas as modalidades e em todos os níveis é um direito inalienável. (CANDIDO, 2011.).

Candido (2011), ressalta a importância da consciência social indispensável que cada indivíduo deve ter desde a sua infância, de que os pobres e os desvalidos têm direito ao acesso e fruição dos bens materiais (e culturais) assim como qualquer outra pessoa, não por caridade ou capacitismo, mas sim como exercício do direito humano e da dignidade e igualdade de todas as pessoas.

A leitura pode converter-se num instrumento fundamental para que novos objetivos sejam alcançados quanto à formação do imaginário e “vivência” desse novo leitor através da interpretação do “mundo” que o cerca. No caso dos deficientes visuais, esse mundo, quando compreendido, torna-se ilimitado na medida em que sua imaginação e sensibilidade forem trabalhadas sem reservas ou preconceitos, de forma detalhada e inclusiva daquilo que as pessoas sem a visão prejudicada possuem acesso desde o seu nascimento de forma natural ao decorrer de sua vida e construção de sua própria identidade.

Almeida (2014) apresenta que, de modo geral, a deficiência visual vem carregada de forte impacto negativo tanto por seus portadores, quanto pelos seus familiares e entes próximos. A descoberta da doença (ou do trauma) vem acompanhada por sensações e sentimentos de incapacidade, incompetência, impossibilidade, entre outras palavras, sempre em contexto negativo, que se disseminam e rodeiam o deficiente visual, seja o portador de baixa visão ou de cegueira total ou parcial. A partir desses conceitos desmotivadores e inibidores surgem os preconceitos, juízos prévios e carentes de conhecimento científico e profundidade humana.

“O direito à identidade cultural é um importante elemento da dignidade humana que traz ao sujeito a significação de sua própria existência e conseqüentemente sua função e papel na sociedade” (FAIRBANKS, 2016, p.78).

À medida que o leitor avança em conhecimento e autonomia, o texto passa a ter novas nuances e adquire outros valores. A dominação profunda desse texto necessita ser conduzida pela consciência estética, ética e crítica, características que o leitor deficiente visual irá adquirir através da utilização recorrente da leitura como ferramenta de conhecimento, de lazer e de acesso à cultura.

5. LEITURA NA FRUIÇÃO CULTURAL DO DEFICIENTE VISUAL

Compreendendo o conceito de cultura abordado neste trabalho, como sendo:

[...] ponto de partida que envolve a questão humana, as relações sociais, a história e as possibilidades de expressão criadas historicamente por uma população para “caracterizar-se”, para ser, mostrar-se, enfim, para viver, exteriorizar a vida na forma geral do trabalho de construir sua história nos inseparáveis campos do concreto e do imaginário. (NOGUEIRA, 2010, p.8.).

Facilitar o consumo de bens culturais aos portadores de deficiência visual lhes dará a oportunidade de “enxergar” o mundo à sua própria maneira, e com isso dará a ele a autonomia, e capacidade de discernimento diante de diversas situações em sua vida cotidiana.

O acesso à leitura promove ao deficiente visual a inclusão e promoção sociocultural, educativa e de lazer prevista pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência no art. 68:

Art. 68. O poder público deve adotar mecanismos de incentivo à produção, à edição, à difusão, à distribuição e à comercialização de livros em formatos acessíveis, inclusive em publicações da administração pública ou financiadas com recursos públicos, com vistas a garantir à pessoa com deficiência o direito de acesso à leitura, à informação e à comunicação. § 1º Nos editais de compras de livros, inclusive para o abastecimento ou a atualização de acervos de bibliotecas em todos os níveis e modalidades de educação e de bibliotecas públicas, o poder público deverá adotar cláusulas de impedimento à participação de editoras que não ofereçam sua produção também em formatos acessíveis. § 2º Consideram-se formatos acessíveis os arquivos digitais que possam ser reconhecidos e acessados por softwares leitores de telas ou outras tecnologias assistivas que vierem a substituí-los, permitindo leitura com voz sintetizada, ampliação de caracteres, diferentes contrastes e impressão em Braille. § 3º O poder público deve estimular e apoiar a adaptação e a produção de artigos científicos em formato acessível, inclusive em Libras. (BRASIL, 2015).

Para Fairbanks (2016, p. 4), é necessária a obtenção de livre acesso à vida cultural e a possibilidade em exercer o direito cultural através da democratização das condições físicas, econômicas, jurídicas e sociais para o cumprimento da livre participação cultural por parte dos deficientes como ponto importante na formação de sua identidade e valorização como sujeito. A leitura pode converter-se em um instrumento fundamental para que novos objetivos sejam alcançados quanto à formação do imaginário e vivência desse novo leitor através da interpretação do mundo que o cerca, sendo ela, muitas vezes, a primeira forma de contato com o mundo externo.

O processo de inclusão cultural é um reflexo do direito à igualdade, sendo instrumento promocional da cidadania e democracia cultural. A ampliação e concretização do direito ao acesso à cultura são os elementos essenciais para a inclusão cultural dos deficientes visuais, e os demais excluídos da sociedade, garantindo a fruição e manutenção das produções simbólicas, promovendo e assegurando os meios necessários para que possam acontecer na prática.

Para o completo desenvolvimento físico e psíquico social da pessoa com deficiência visual, o sujeito necessita ser constantemente exposto a estímulos, experiências e sensações que possam validar e complementar a subjetividade do próprio ser. As ações culturais e

sociais são de extrema relevância nesse aspecto para que haja este desenvolvimento apropriado e condizente com a atualidade resultante da inclusão desse indivíduo como parte integrante do todo.

O processo de inclusão cultural é um reflexo do direito à igualdade, sendo instrumento promocional da cidadania e democracia cultural e sustentáculo da dignidade humana. A ampliação e concretização do direito de acesso à cultura é o elemento chave para a realização da desejada inclusão cultural. (FAIRBANKS, 2016, p.78)

O Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, realizado pelo Estado membro da Organização das Nações Unidas (ONU), relata que “toda pessoa tem o direito de participar livremente da vida cultural da comunidade, de gozar das artes e de aproveitar-se dos progressos científicos e dos benefícios que deles resultam” (MATA-MACHADO, 2007 *apud* Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948.).

Estudiosos da área da educação frisam a necessidade do hábito da leitura para a formação do leitor assíduo. No caso dos adolescentes portadores de deficiência visual, encontramos a barreira já no ato de possuir acesso à leitura adaptada que, com o fácil acesso às tecnologias adaptadas como leitores de telas, por exemplo, os adolescentes têm optado pelo uso dos smartphones para o consumo de músicas, séries, entre outras fontes culturais disponíveis em áudio.

Botelho (2001, p.) afirma que “uma política cultural que defina seu universo a partir do pressuposto de que ‘cultura é tudo’ não consegue traduzir a amplitude deste discurso em mecanismos eficazes que viabilizem sua prática”. Por isso, é importante olhar atentamente as necessidades do modo de desfrute cultural da população deficiente visual, levando em consideração as particularidades de acesso e tendo em vista não apenas a participação ativa na vida cultura, mas também o entendimento e compreensão dos significados que determinada participação ou ação influencia na formação do papel do deficiente como cidadão no exercício correto dos seus direitos previstos na legislação brasileira.

Saraiva e Ferrarezi (2006) afirmam que, além da instituição das leis, há todo um caminho a ser percorrido até que as ações previstas em lei sejam implementadas e validadas junto à população. É observada a necessidade de políticas públicas que formulem, implementem, executem, acompanhem e avaliem as devidas atividades culturais para que seja feito jus aos direitos dos deficientes visuais na promoção de sua cidadania e, para dar início a isso, é necessária a inclusão da atividade em agenda social do poder público, que é feito após estudo e debates públicos e, às vezes, midiáticos. Na sequência, ocorre/ acontece a elaboração

da política pública após a identificação de um problema de relevância exposto na sociedade, objetivando a possível solução, o custo e determinadas as prioridades dessas políticas.

É compreensível a brevidade em repensar as formas de mediação entre o público deficiente visual e as atividades culturais a fim de garantir um acesso inclusivo com o intuito de melhorar o desenvolvimento cognitivo, social e emocional deste sujeito.

6. O IMAGINÁRIO DO DEFICIENTE VISUAL

O imaginário não está associado a imagens, mas é a partir dele que o indivíduo tem a percepção do que irá “enxergar” e traduzir o que estiver à sua frente. O imaginário, aqui tratado, é o imaginário que traz à consciência a concretude das coisas, e não apenas a fantasia de como as coisas são ou poderiam ser. O imaginário ligado à memória e à criação das ideias, uma vez que é a partir dessa estrutura mental que os deficientes visuais constroem a sua narrativa de vida.

O ser humano vive em um ambiente repleto de simbologias e a formação do imaginário não seria diferente. Os sistemas simbólicos são mencionados por Durand (1992) como o filtro que define a formação do imaginário de cada ser. Esses sistemas simbólicos são traduzidos pelo consumo dos poderes simbólicos apresentados por Bourdieu (1994).

Gilbert Durand (1992) defende em seus estudos a capacidade que o imaginário tem de autenticar a realidade; o que para os deficientes visuais faz parte do seus processos diários de tomada de decisões, pois é a partir daquilo que está consolidado em suas mentes que eles irão basear suas ações. Para compreender o mundo nós utilizamos a nossa imaginação e as estruturas mentais criadas por ela. Além da imaginação, temos em nossa mente o raciocínio. “O raciocínio, a razão, outra função da mente, permite sem dúvida analisar os fatos, compreender a relação existente entre eles, mas não cria significado. Para que a criação ocorra é necessário imaginar” (PITTA, 1995 pg 1) . É a imaginação que dá sentido a tudo aquilo que é absorvido por nossas mentes através de vivências e estímulos externos dos mais diversos tipos.

Desde a nossa infância, somos apresentados a diferentes estímulos (visuais, auditivos, olfativos e paladares) que vamos incorporando aos nossos hábitos e costumes, e que servem de base para a construção do que acreditamos. No caso dos deficientes visuais esses estímulos necessitam de um mediador para que eles possam acontecer, podendo ser algum familiar, professores ou demais pessoas de seu convívio. Com isso, muitas das percepções que chegam ao deficiente visual já vêm carregadas das sensações que o emissor possui. “O

imaginário é algo que ultrapassa o indivíduo, que impregna o coletivo ou, ao menos, parte do coletivo.”(MAFFESOLI, p.76, 2001).

Outro ponto importante a ser levado em consideração na formação do imaginário da pessoa com deficiência visual, é o psiquismo. Durand (1992) traz o consciente coletivo, estudado por C. G. Jung (1875 - 1961), como o conhecimento inato presente na mente de todos os seres e que ajuda a moldar o imaginário a tudo aquilo que a pessoa passa a experimentar. Os deficientes visuais precisam de autonomia na interpretação dos símbolos para que possam racionalizar e desenvolver o imaginário a partir de sua própria sapiência.

O que difere a criação do imaginário do deficiente visual em relação às demais pessoas é o grau de oportunidade às quais elas são expostas. Para as pessoas com a visão não prejudicada, a aquisição de conhecimento se dá de forma natural e despercebida. Já no caso dos deficientes visuais é necessária uma abordagem direta e específica para moldar as suas percepções e criar bagagem de conteúdo em sua mente. Habitualmente, as pessoas são estimuladas desde a infância através de filmes, livros, revistas, gibis, entre tantos outros materiais que iniciam o estímulo com base no imaginário, e que sem o acesso e adaptação, a criança com deficiência visual perde seu espaço neste desenvolvimento natural de formulação do imaginário.

Michel Maffesoli, discípulo de Gilbert Durand na linha de estudos sobre o imaginário, afirma: “Não é a imagem que produz o imaginário, mas o contrário. A existência de um imaginário determina a existência de conjuntos de imagens. A imagem não é o suporte, mas o resultado.” (MAFFESOLI, 2001, p.76).

As imagens são criadas na mente do deficiente visual a partir da manipulação de objetos, ao ouvir uma história sendo contada ou pela interpretação oral feita pelo outro, e pela criação de sensações que a sua mente irá relacionar diante de cada situação.

O imaginário poderá ser traduzido, nesse caso, como a cultura de um indivíduo ou grupo. O imaginário é o senso coletivo de grupo, de uma comunidade ou de um país. É o que une socialmente as pessoas através de interesses em comum. (MAFFESOLI, 2001). Sendo assim, a falta de acesso à informação e de oportunidades de experimentar ações cotidianas coloca o deficiente visual em posição de desvantagem e exclusão.

Há alguns anos vem se estudando o conceito de que a leitura é necessária não apenas com a função de trazer o conhecimento acadêmico, o conhecimento direcionado à busca do sucesso ou de grandes feitos no futuro. A autora francesa, Michele Petit (2019) apresenta as diversas facetas que a leitura traz consigo, e uma delas é a capacidade de “escrever” no pensamento do leitor através das descrições da narrativa presentes no texto, elemento

considerado essencial para o entendimento do leitor e que contribui para a forma como essa informação será absorvida e acrescida a seu imaginário.

A leitura possibilita a abertura de diversos universos ao leitor, estimula a criatividade e para pessoas em situações de barreira à esse acesso, a saída é criar situações e incluir mediadores para que a mensagem chegue ao destinatário.

Ao longo dos anos, Beatriz Helena Robledo pode medir, segundo conta, as infinitas possibilidades oferecidas pela leitura e pela escrita para reconstruir o sentido da vida, curar feridas, ampliar o mundo. Com os mais frágeis, os mais carentes de vínculos, ela observou como a literatura (graças à maestria de um mediador) criava no interior dos participantes uma âncora, “um sedimento de verdade, de certeza afetiva”. (ROBLEDO *apud* PETIT, 2019, p. 63)

7. A BASE DA FORMAÇÃO DO DEFICIENTE VISUAL

O mundo criado no imaginário do deficiente visual infantojuvenil, pensado a partir do acesso às informações apresentadas em textos de ficção e não ficção é um mundo específico, onde a realidade de cada um é formada.

Os adultos (pais, professores e demais familiares) servem como intermediadores das informações que chegam e na forma como chegam a esses adolescentes. Na maioria dos casos, serve como validação da formação do imaginário do deficiente visual através da leitura em voz alta ou tradução oral, ou por convivência impondo seus costumes.

Os dados apresentados neste capítulo foram alcançados por meio de entrevista semiestruturada, através de questionário online, a fim de evitar o contato físico devido às restrições ainda vigentes no ano de 2022 devido à Covid-19. Os entrevistados são alunos do Colégio Vicentino Padre Chico, localizado em São Paulo, no bairro Ipiranga. Foram entrevistados no total 15 adolescentes dos gêneros feminino e masculino, com idade entre 10 e 14 anos de diferentes contextos sociais.

As informações foram coletadas através do Google Forms e os formulários foram enviados aos entrevistados através de aplicativo de mensagem (WhatsApp). O formulário foi pensado neste formato para que os deficientes visuais pudessem utilizar o recurso de leitor de texto disponível em cada aparelho celular e respondê-lo.

O questionário (apêndice) tem como finalidade avaliar o público-alvo deste estudo a partir de questões como idade de alfabetização; fruição cultural através do consumo físico ou digital de livros, acesso a filmes, séries e músicas; costumes; influência social direta e indireta através do consumo a conteúdos ou contato com outras pessoas;

Cada uma dessas perguntas possuem uma significância a fim de melhor compreender e analisar os adolescentes deficientes visuais e compreender como na prática acontece a construção do imaginário, e como ele é alimentado a partir do momento em que esses adolescentes conseguem acessar as informações de forma autônoma.

As perguntas 2, 3, 4, 9, 10 e 11 pretendem observar respectivamente: com quantos anos ocorreu a alfabetização no sistema braille; se a pessoa tem ou já teve materiais em braille em sua casa que não fossem provenientes do ambiente escolar; o interesse e estilo literário preferido e a facilidade em obter exemplares físicos dos destes livros, e a preferência (ou não) por livros digitais que podem ser lidos com o auxílio de leitores de tela ou ainda os audiobooks.

Já as perguntas 5, 6, 7, 8, 12, 13 e 14 foram desenvolvidas de forma a traçar o perfil de consumo e fruição de bens que substituem o texto escrito ou falado. A maioria das substituições apresentadas foram: músicas, filmes e séries consumidas através de aplicativos de streaming acessados em grande maior por aparelho celular.

A pergunta 15 foi a única que buscou entender a quem eles recorriam na falta desses acessos; qual pessoa servia de mediador para que eles pudessem acessar as informações a sua volta. As pessoas citadas em todas as respostas foram: pais/mães, avôs/avós e professoras ressaltando a importância que os mediadores têm em auxiliá-los a superar algumas barreiras e o quanto esse apoio familiar e/ou escolar é crucial no que diz respeito a inseri-los em contextos sociais comum para aqueles sem a deficiência visual.

Quadro 1

Questão	Entrevistados
4) Você já teve na sua casa, livros infantis ou algum outro material que não fosse escolar, em braile? Quais e quantos?	“Eu tenho 5 livros em braille que eu ganhei do meu primo chamados atitudes vencedoras”.
	“Sim, livros de histórias infantis em braille, acho quê tinha uns 16 livros.”
	“Sim, 6 livros do Maurício de Souza.”
	“Sim. Ja tive 3 livros sobre contos.”
	“Sim. Tive 4 livros”
	“Já tive alguns livros uns 10”
5) Você já esteve em algum ambiente, onde tinha alguma	“Quando eu fui no outback perguntei se tinha cardápio em braille, e fiquei surpreso quando soube que tinha”.

placa de informações em braille? Qual foi a sua sensação ao saber que ali, tinha algo em braille?	“Meus pais me levaram até o elevador não sei ler o braille mas para quem sabe ler e é deficiente é muito importante fiquei muito feliz ao saber que tinha uma placa com braille”
	"Já, viram a placa e me mandaram ler, me senti incluída porque a maioria das placas é em tinta”.
	“Sim. Eu percebi [sozinho]. Felicidade, pois pensaram em nós.
6) Antes da pandemia, quais eram os lugares que você mais frequentava fora a escola e a sua casa?	“As casas das amigas da minha mãe, passeios da escola ou shopping e restaurantes.”
	“O parque da Água Branca que fica na Barra funda, e a casa da minha tia.”
	“Antes da pandemia, além da escola eu ia bastante na igreja.”
	“Cinemas. Parques e casa de familiares”
	“O shopping e um restaurante japonês.”
	“Frequentava igreja e shopping. ”
7) O que você faz no seu tempo livre?	“No tempo livre eu costumo mexer no celular e jogar videogame”.
	“Mexo no celular e falo com os meus amigos no whatsapp.”
	“Escuto músicas. Falo com meus amigos e etc”
9) E de livros, você gosta? Tem alguma preferência de estilo? Romance, aventura, drama, entre outros.	“Eu leio qualquer estilo, mas o que eu mais gosto são os livros Românticos.”
	“Sim, gosto muito dos gêneros romance e drama.”
	“Eu gosto de livros sobre mitologia.”
	“Gosto, e gosto de aventuras.”
	“Sim. Drama e romance.”.
10) Você consegue achar com facilidade livros em braille que queira ler? Pode ser atualmente, ou quando era criança.	“Hoje em dia eu acho que ainda existe uma grande dificuldade para encontrar livros em braille, mas quando eu era criança, havia uma grande dificuldade para mim, pois minha cidade não tinha bibliotecas com livros em braille.”
	“Quando eu era criança assim ficava sentindo os livros pois não sabia e não sei ler”.
	“Só achava com mais facilidade quando eu era criança.”
	“Não. Nem sempre acho.”
	“Nao.”
11) O que você acha dos livros digitais ou	“Sobre esses livros, eu nao costumo ler nem ouvir, eu prefiro ler em braille, pois assim eu posso treinar minha leitura.”
	"Sim, tenho muito costume de ler com leitor de tela os livros digitais e acho eles ótimos.”

audiobooks? Você tem o costume de ler ou ouvir eles?	“Sim. Para mim, é uma alternativa muito boa para nós que somos deficientes visuais.”
	“Acho legal e interessante. É muito raro.”
	"Nunca li livros digitais ou ouvi áudio livros.”
	“Sim! Adoro!”

Fonte: Elaboração própria.

As perguntas abertas realizadas na entrevista, tiveram o intuito de nos fazer compreender a fruição cultural destes adolescentes diante da falta de acesso à leitura.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a ratificação dos tratados internacionais como emenda constitucional, o direito ao acesso à cultura ganhou um novo rumo, porém, ainda demanda políticas públicas que se adequem à realidade e ao cotidiano da população, principalmente a dos deficientes visuais. A aquisição de acesso intelectual dá ao sujeito uma sensação de dignidade, sendo assim, privar alguém deste acesso infringe direitos humanos declarados na Constituição Brasileira, na Unesco, na ONU e tantos outros órgãos e leis.

É necessário a criação de políticas públicas que implementem, executem e supervisionem o efetivo das atividades que propõem a inclusão do deficiente visual no direito ao exercício de seus direitos previstos em lei, mas para tal fato, é em muitos casos necessário toda uma mobilização da comunidade com o objetivo de chamar a atenção das autoridades para que sejam previstas as ações que solucionem os problemas expostos para além dos movimentos sociais já atuantes.

O acesso à leitura para o deficiente visual abre um universo de possibilidades além das sensoriais presenciadas em seu dia a dia, ampliando o imaginário através das informações apresentadas pelas palavras criando uma consciência ampla e dando-lhes ferramentas necessárias para a construção da base e desenvolvimento de seu intelecto. Devido a isso, é de suma importância que sejam obtidos os direitos aos deficientes visuais de acesso à cultura através da leitura para o completo desenvolvimento de seu intelecto e fruição na vida em sociedade, além da significativa melhoria nos indicadores estabelecidos de desenvolvimento cognitivo, estado emocional e/ou sociabilidade.

Enfatizamos a importância do acesso à literatura como um ato de não somente da leitura direcionada à alfabetização ou ao lazer, mas de forma generalista como forma de dar base ao imaginário do deficiente visual dando-lhes recursos para conectarem sentimentos a

acontecimentos; estimular a criatividade; dar conteúdo para formação de senso crítico e analítico entre outras habilidades que possam auxiliar no desenvolvimento de um indivíduo atuante na sociedade sentindo-se digno, legitimado e identificado com os demais, o que pode influenciar diretamente em sua vida afetiva e profissional.

Analisando os resultados das entrevistas, foi possível observar que devido a falta de livros em braile, e audiobooks dos gêneros de ficção e não ficção para o público infantojuvenil pode fazer com que eles percam o interesse na leitura, e prefiram, assim como os demais de sua faixa etária, fazer o uso das tecnologias como o computador e principalmente o celular para acessar aplicativos de streaming para o consumo de músicas, séries, vídeos entre outros que para eles com o auxílio de leitores de tela acabam tendo um apelo maior já que são possíveis de uso pela audiodescrição. A dificuldade em ter livros em braile para o público infantojuvenil, compactua com o aumento do desinteresse pela leitura entre os adolescentes uma vez que lhes é restrito o acesso.

As pessoas mais próximas ao deficiente visual, como seus pais, familiares, amigos e professores têm papel fundamental como mediador das mensagens passadas a eles. Essa mediação é considerada como o primeiro passo para a inclusão já que os insere em contextos antes não alcançados, porém, não lhes garante total autonomia de pensamento ou ideologia principalmente para aqueles que não estiverem com o imaginário estruturado.

Como vimos no decorrer do trabalho, quanto mais o deficiente visual tiver acesso a leitura de textos de ficção e não ficção maior será a sua inserção na sociedade, deixando-o cada vez mais próximo da vida que ele deseja viver apoiado pela autonomia que o conhecimento inserido em seu imaginário lhe dará.

Este estudo é apenas um recorte e necessita de outros estudos para sua completude, mas a partir dele foi possível sintetizar e iniciar o entendimento para responder a problemática apresentada sobre a importância da leitura na formação do imaginário do deficiente visual.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, P. **Poder Simbólico**. Lisboa: Editora Edifel, 1994.

BRASIL. Censo Demográfico 2010. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. 2010. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. Rio de Janeiro.

_____. Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em 10 de out. 2021.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 10 de out. 2021.

_____. **DECRETO N° 5.296 de 02 de dezembro de 2004**. Diário Oficial da União, Brasília, 03 de dezembro de 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em 10 de out. 2021.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da cultura: políticas culturais e seus desafios**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2016.

CANDIDO, Antonio. **O Direito à Literatura**. In: **Vários Escritos**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011.

Cenários da Leitura Acessível - Rede de Leitura Inclusiva/ **Instituto Datafolha**, Agosto, 2019. Disponível em: https://novo.redeleiturainclusiva.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Pesquisa_Cenarios-da-Leitura-Acessivel.pdf. Acesso em 08 de out. de 2021.

DIZER O DIREITO. **Tratado de Marraqueche (Decreto 9.522/2018) – Entenda**. Disponível em: <https://www.dizerodireito.com.br/2018/10/tratado-de-marraquechedecreto-95222018.html>. Acesso em 10 out. 2021

DURAND, G. **As estruturas antropológicas do imaginário : introdução à arquetipologia geral** (1992): tradução Hélder Godinho. - 4ª ed. - São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2012.

FAIRBANKS, A. de S. P. **O Tratado de Marraqueche, Direitos Fundamentais e as Limitações dos Direitos Autorais**. 2016. 89 f. Faculdade de Direito. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

GARCIA, N. **As implicações do sistema Braille na vida escolar da criança portadora de cegueira, in Con-tato: conversas sobre deficiência visual**. São Paulo: Laramara, 1998.

HORKHEIMER, M., & ADORNO, T. W. **O conceito de esclarecimento**. In M. Horkheimer & T. W. Adorno, **Dialética do Esclarecimento**: fragmentos filosóficos . Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1985.

MAFESSOLI, M. **Michel Maffesoli: O imaginário é uma realidade**. Revista Famecos, v. 8, n. 15, p. 74-82, 2008. DOI: 10.15448/1980-3729.2001.15.3123.
Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/74385>. Acesso em: 15 out. 2021.

NOGUEIRA, S. **Poder, cultura e hegemonia: elementos para uma discussão**. Revista Extraprensa, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 1-10, 2010. DOI: 10.11606/extraprensa2010.74385.
Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/74385>. Acesso em: 13 out. 2021.

PÈTIT, M. **Ler o Mundo - Experiência de transmissão cultural nos dias de hoje**. São Paulo: Editora 34, 2019. 208 p.

PITTA, D. P. R. **Iniciação à Teoria do Imaginário de Gilbert Durand**. Curitiba: Ed. CRV, 2017. 118 p.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In. PAIVA, Raquel; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). **Comunicação e cultura das minorias**. São Paulo: Paulus, 2005.11 p.

APÊNDICE

Este questionário fará parte do meu Trabalho de Conclusão de Curso, que é um trabalho que os alunos devem fazer para poder se formar na faculdade ou na pós-graduação, que é o meu caso.

O tema do meu trabalho é “A LEITURA COMO BASE DO IMAGINÁRIO INFANTO-JUVENIL DE DEFICIENTES VISUAIS”

- 1) Quantos anos você tem ?
- 2) Com quantos anos você aprendeu o braile?
- 3) Onde ou com quem você aprendeu o braile?
- 4) Você já teve na sua casa, livros ou algum outro material que não fosse escolar, em braile? Quais e quantos?
- 5) Você já esteve em algum ambiente, no meio de algum passeio por exemplo, onde tinha alguma placa de informações em braile? Se sim, como você chegou até ela? Por exemplo, identificaram que você era Deficiente Visual e te mostraram ou você descobriu sozinho (a)? Qual foi a sua sensação ao saber que ali, tinha algo em braile?
- 6) O que você faz no seu tempo livre?
- 7) Antes da pandemia, quais eram os lugares que você mais frequentava fora a escola e a sua casa?
- 8) Você tem um estilo ou gosto musical preferido? O que te fez decidir por esse estilo musical?
- 9) E de livros, você gosta? Tem alguma preferência de estilo? Romance, aventura, drama, entre outros.
- 10) Você consegue achar com facilidade livros em braile que queira ler? Pode ser atualmente, ou quando era criança.
- 11) O que você acha dos livros digitais ou audiobooks? Você tem o costume de ler ou ouvir eles?
- 12) Filmes e séries, você gosta de assistir? Você assiste geralmente os conteúdos que passam na televisão, ou prefere aplicativos como Youtube, Netflix, Amazon Prime, etc?
- 13) Você faz uso de celular? Para quê?
- 14) Com quantos anos começou a usar o celular, e quem te ensinou?
- 15) Quando você era criança e tinha curiosidade sobre algo, quem é que te explicava ou ensinava sobre como as coisas eram ou sobre como elas funcionavam?